

Desafios para a realização do Direito à Alimentação no Hemisfério

San José de Costa Rica, 22 Agosto 2013

Ricardo Rapallo

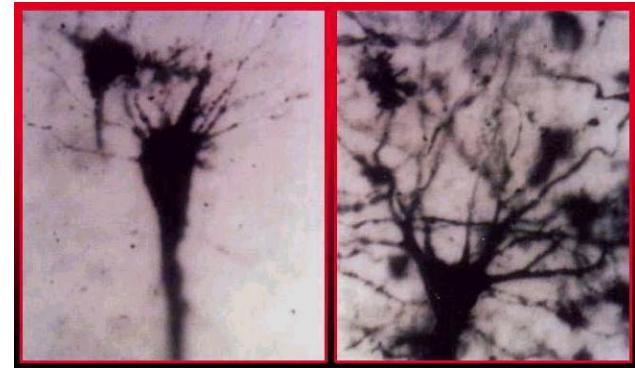
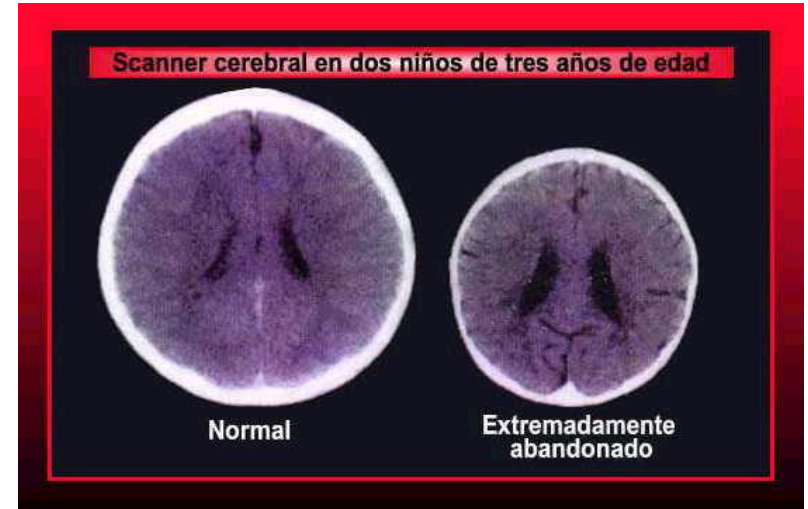
Oficial de Segurança Alimentar do Escritório Regional para a América Latina e o Caribe da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)

Coordenador do Projeto de Apoio à Iniciativa América Latina e Caribe sem Fome



iniciativa
AMÉRICA LATINA Y CARIBE
SIN HAMBRE

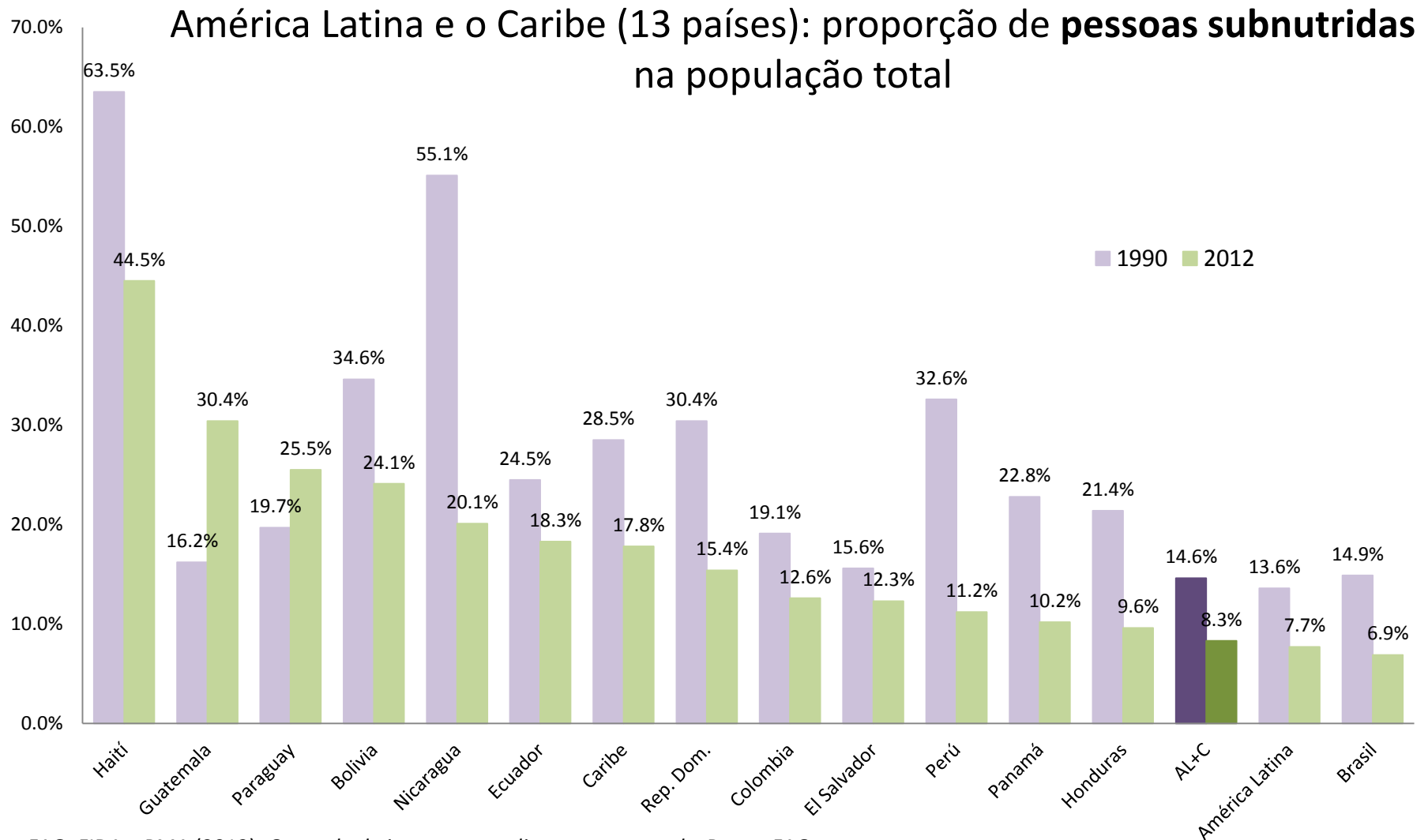
O Problema



O Problema

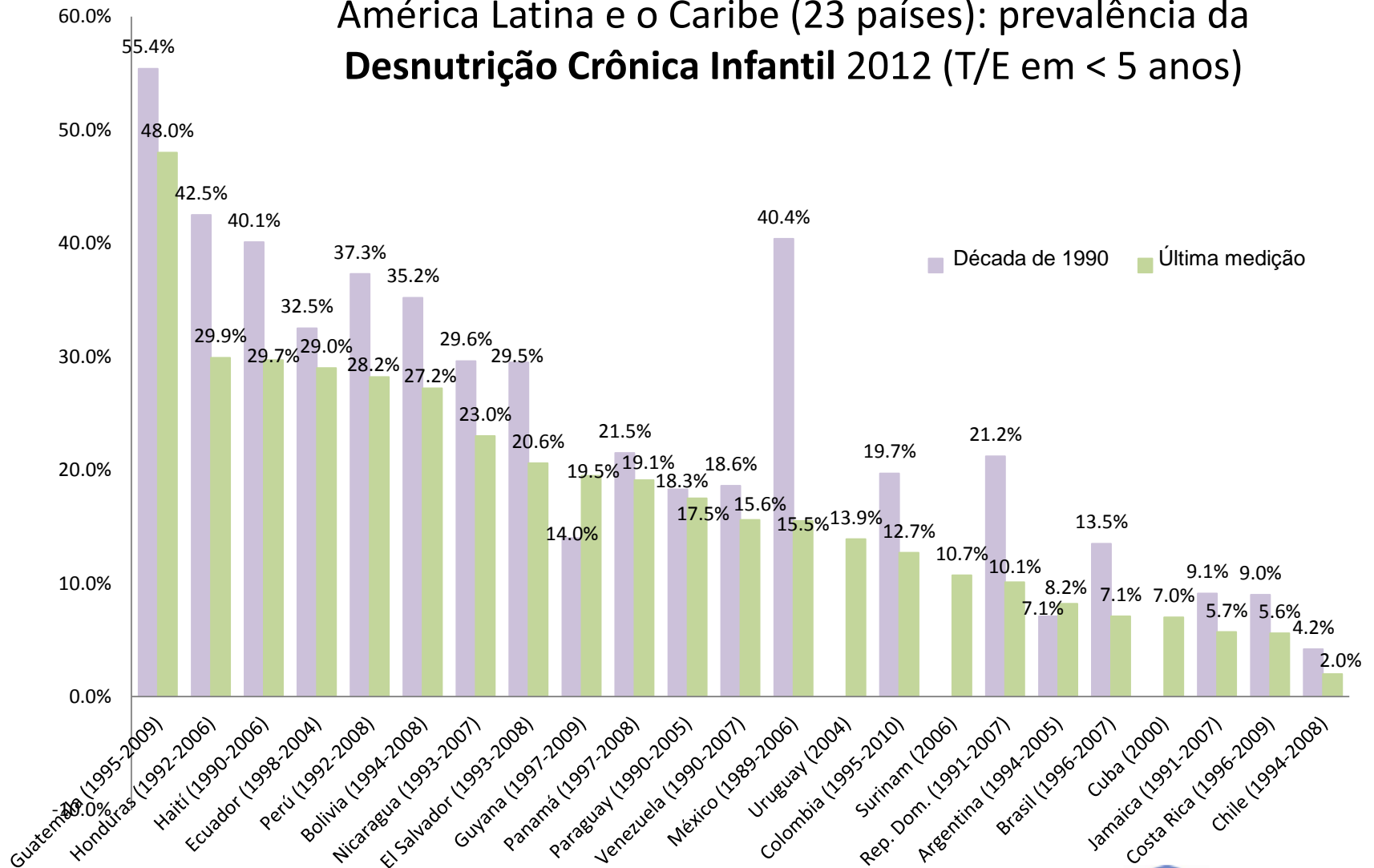


O Problema



Fonte: FAO, FIDA e PMA (2012). *O estado da insegurança alimentar no mundo*. Roma: FAO.

América Latina e o Caribe (23 países): prevalência da Desnutrição Crônica Infantil 2012 (T/E em < 5 anos)

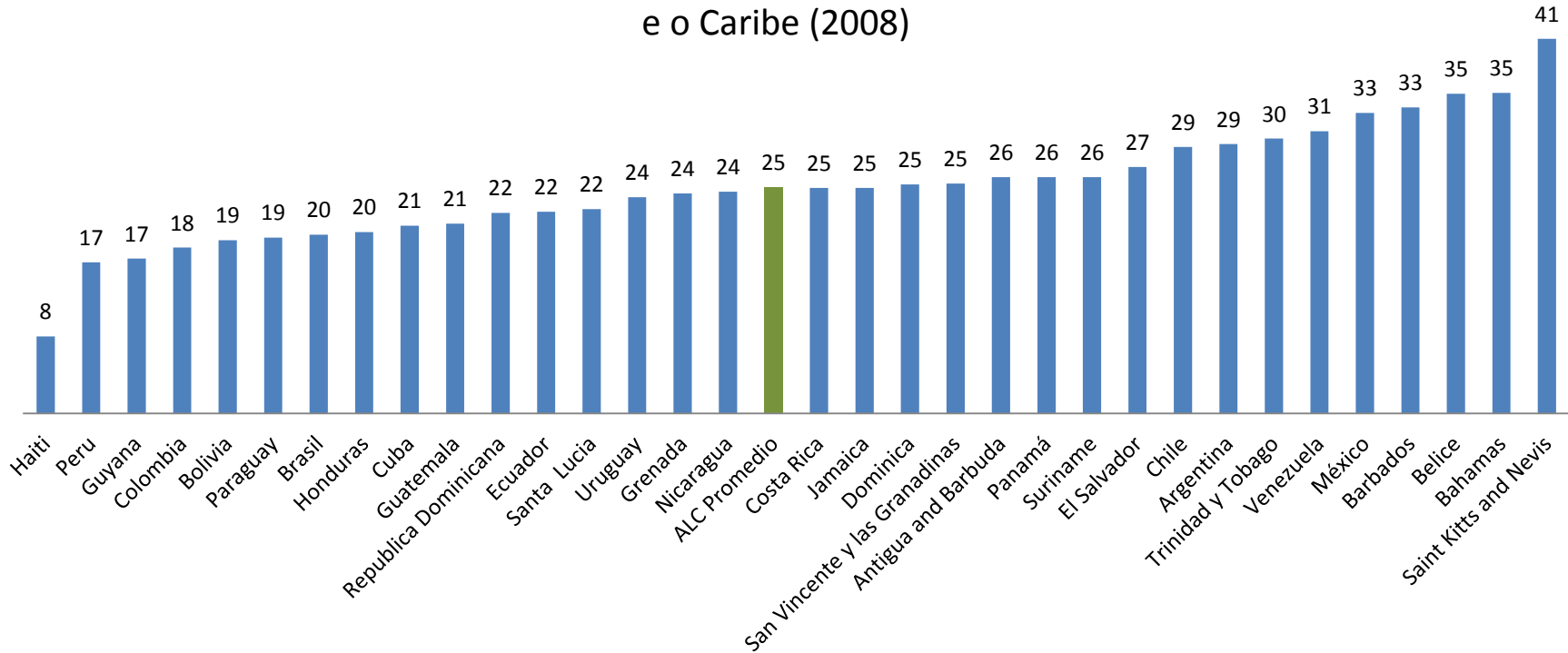


Fonte: Elaboração própria a partir de dados da OMS (2012). Global Health Observatory Data Repository (disponível em:

<http://apps.who.int/ghodata/>)

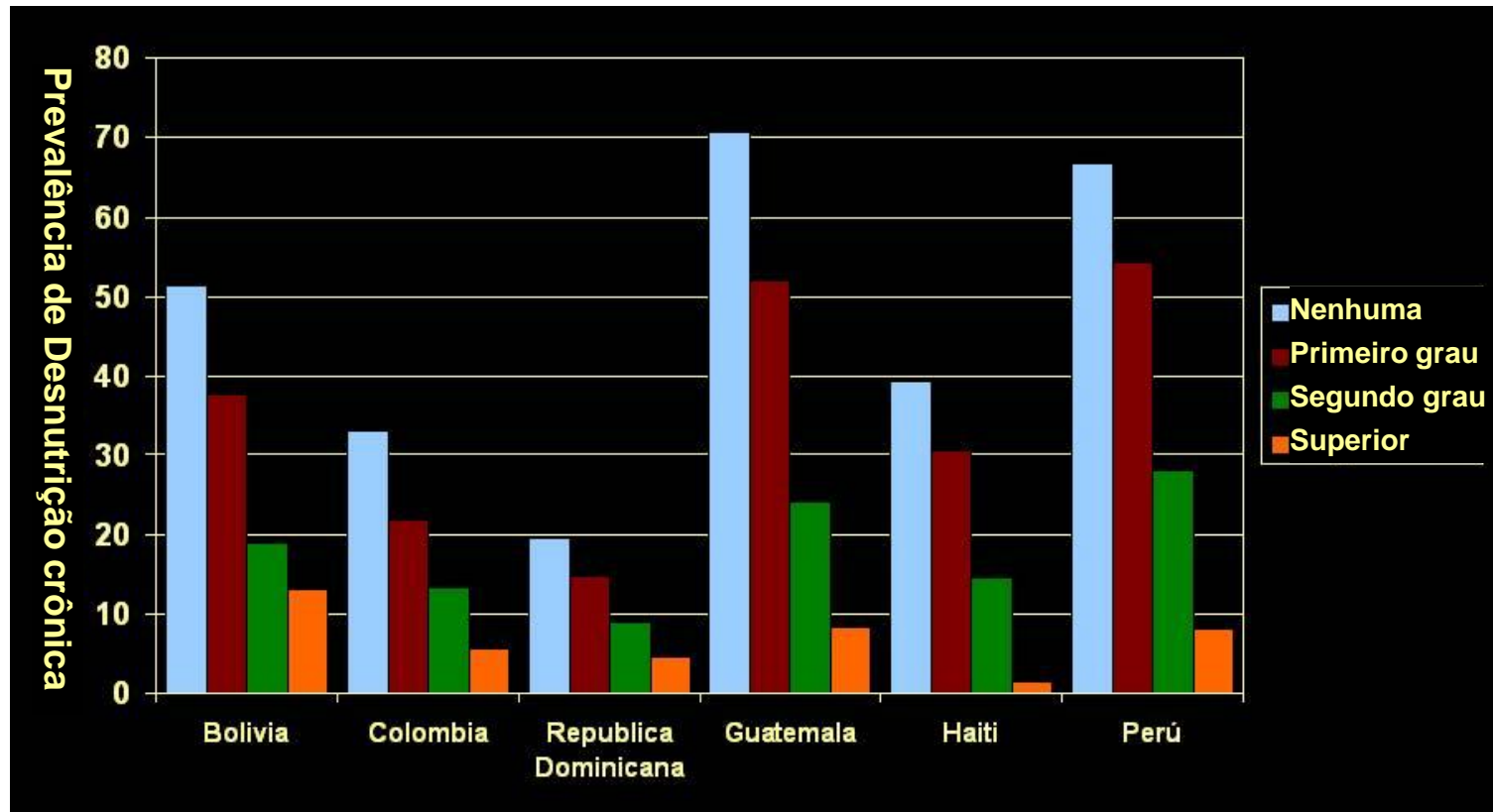


Prevalência da **Obesidade** em adultos maiores de 20 anos (%) na América Latina e o Caribe (2008)



O Problema

Prevalência da desnutrição crônica segundo o nível educacional da mãe



•2003

•2005

•2002

•2002

•2005

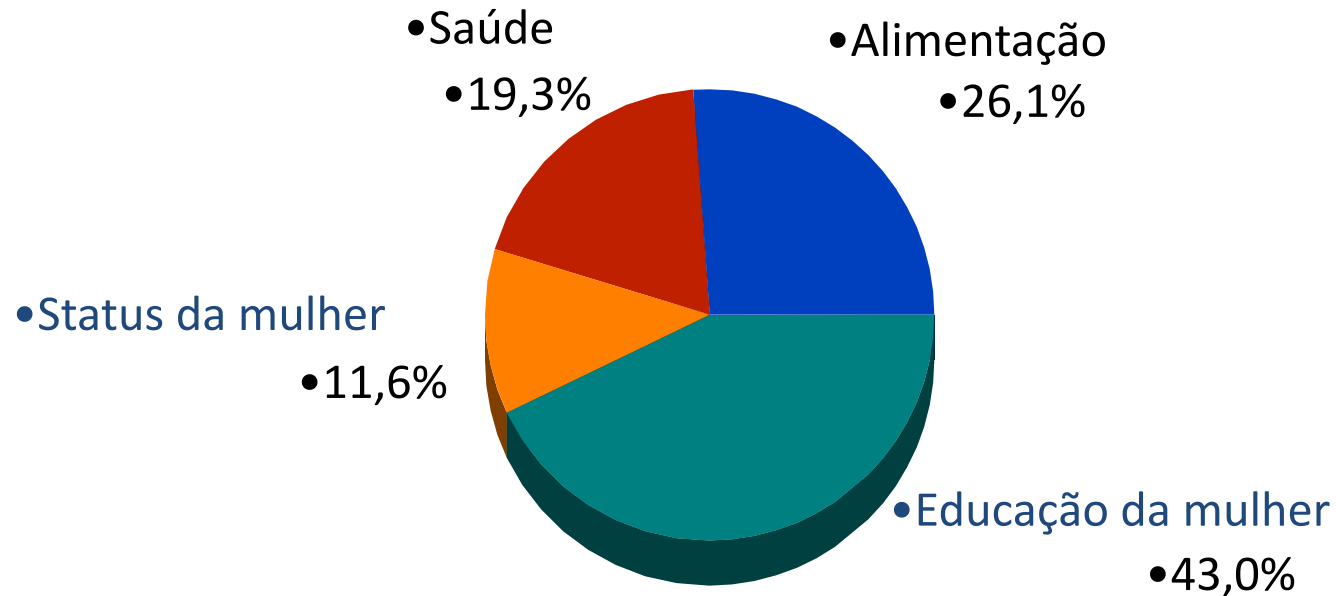
•2004-6

•Fonte: DHS



Consumo e cultura alimentar

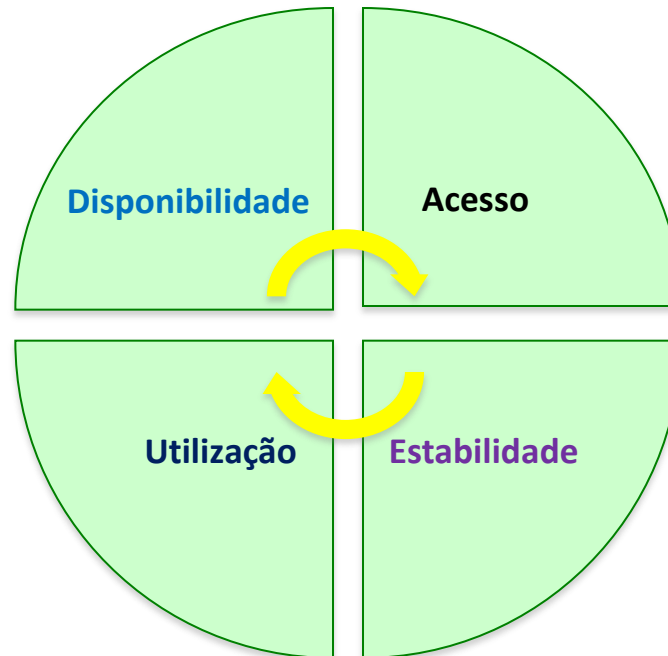
Estimativa da contribuição dos fatores determinantes da redução da má nutrição infantil entre 1970-1995



Causas do Problema

Existe **segurança alimentar** quando todas as pessoas têm, a todo momento, acesso físico, econômico e social a suficientes alimentos inócuos e nutritivos para satisfazer suas necessidades de alimentação e suas preferências alimentares, a fim de levar uma vida ativa e saudável.

(Cúpula Mundial sobre Alimentação 1996)



Causas do Problema

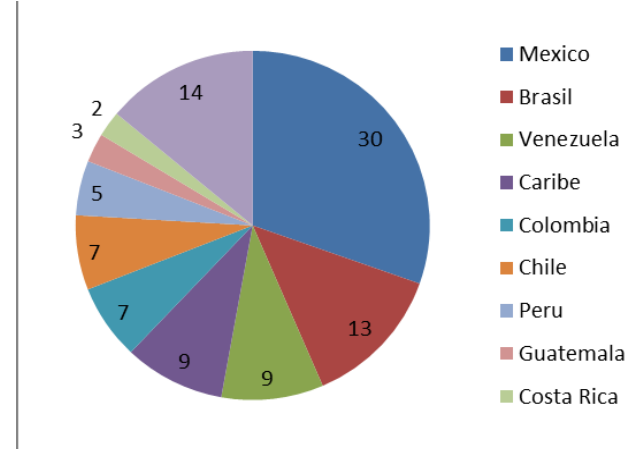
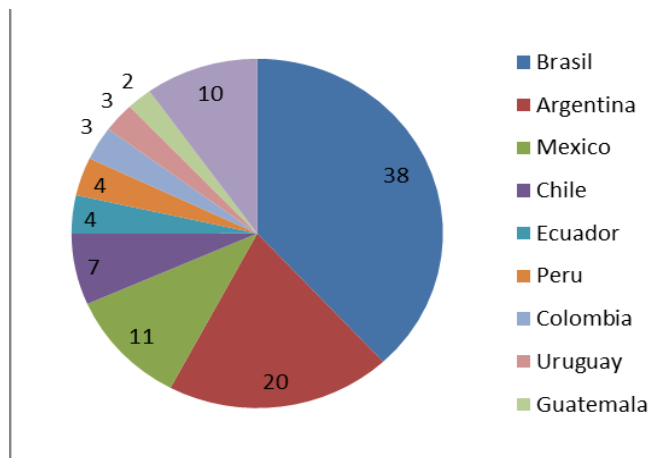


Distribuição do Comércio agroalimentar da América Latina e o Caribe, 2012

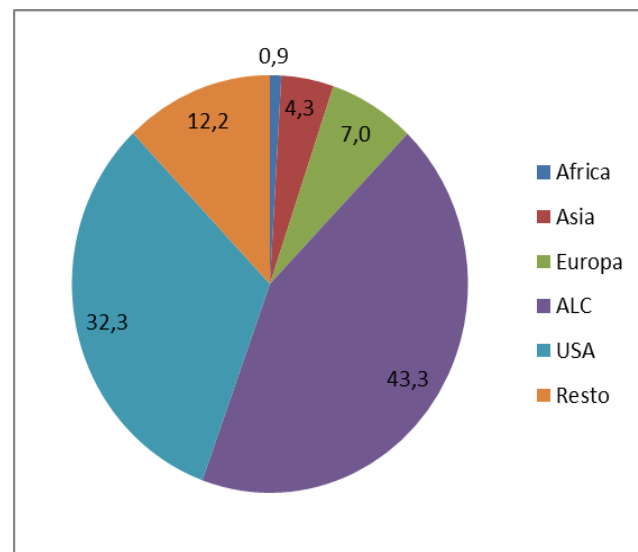
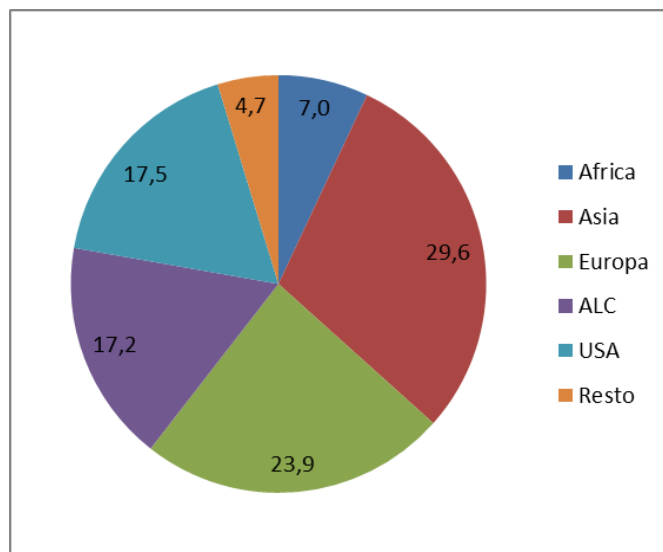
Exportações

Importações

ALC

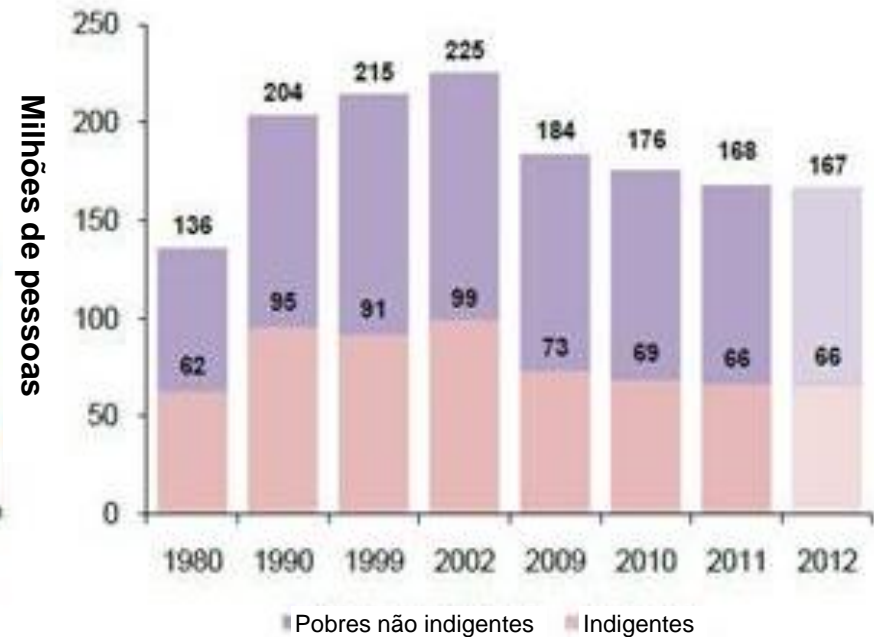
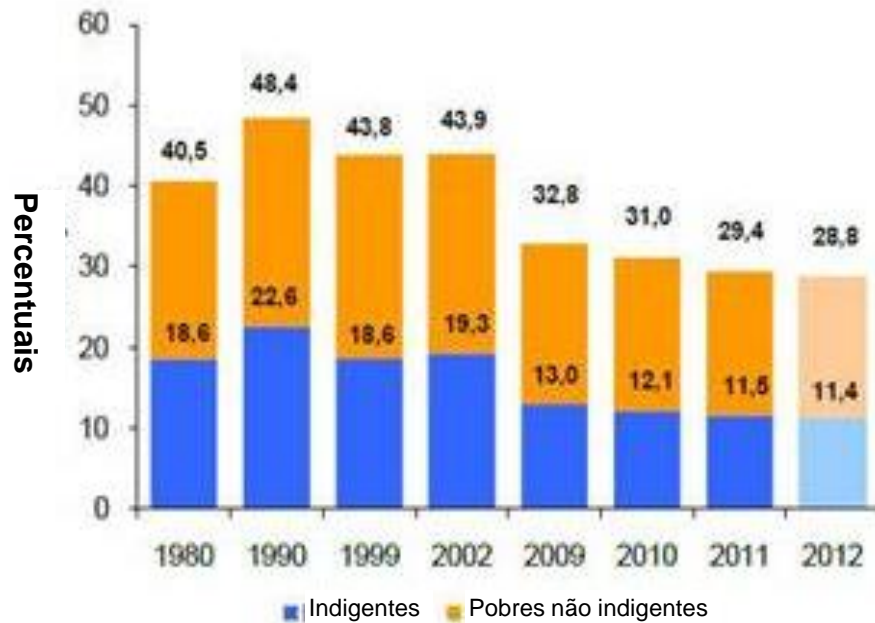


Mundo



Causas do Problema

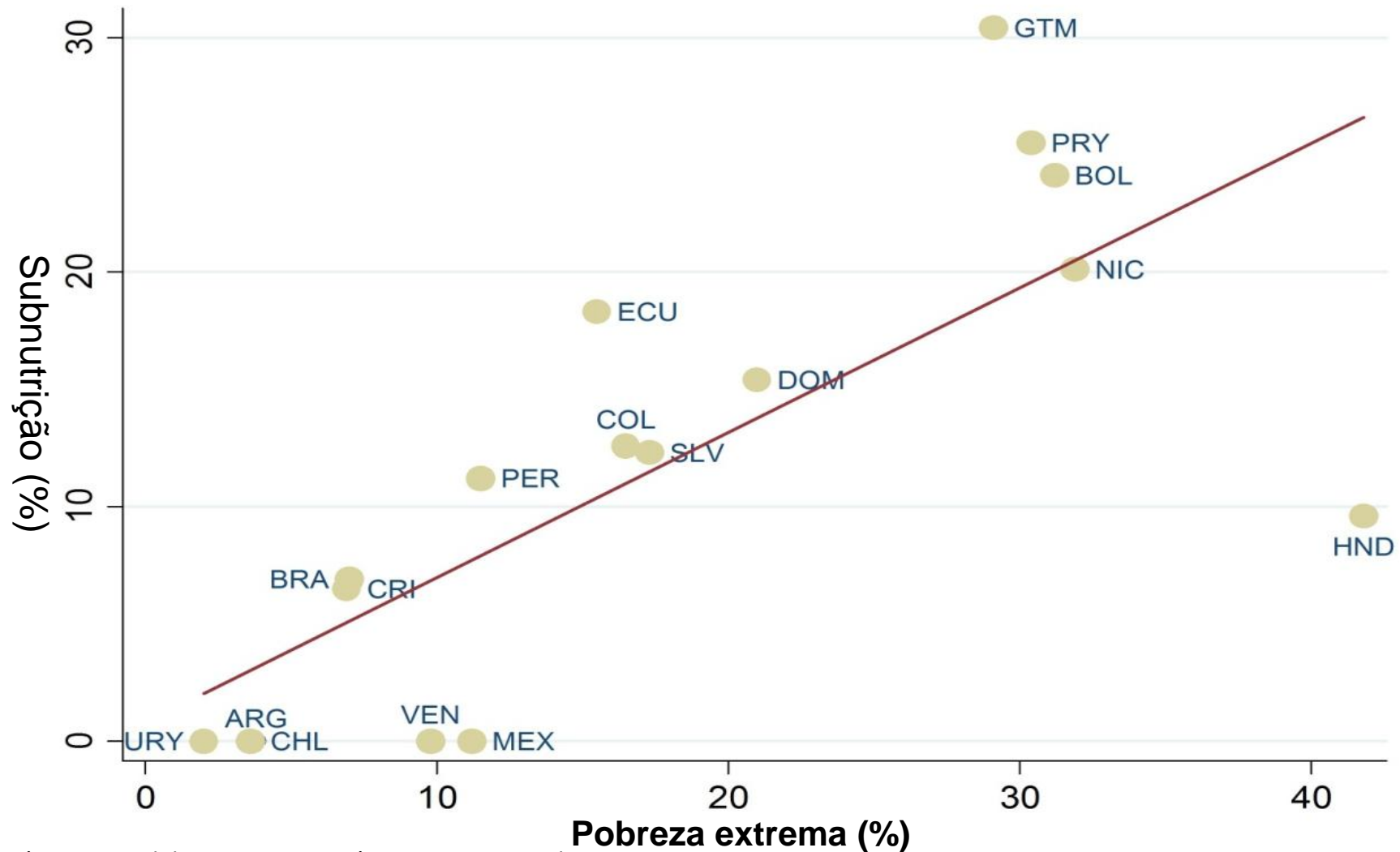
América Latina: evolução da pobreza e a indigência, 1980-2012



Fonte: CEPAL, com base em tabelas especiais de pesquisas de lares dos diversos países

Causas do Problema

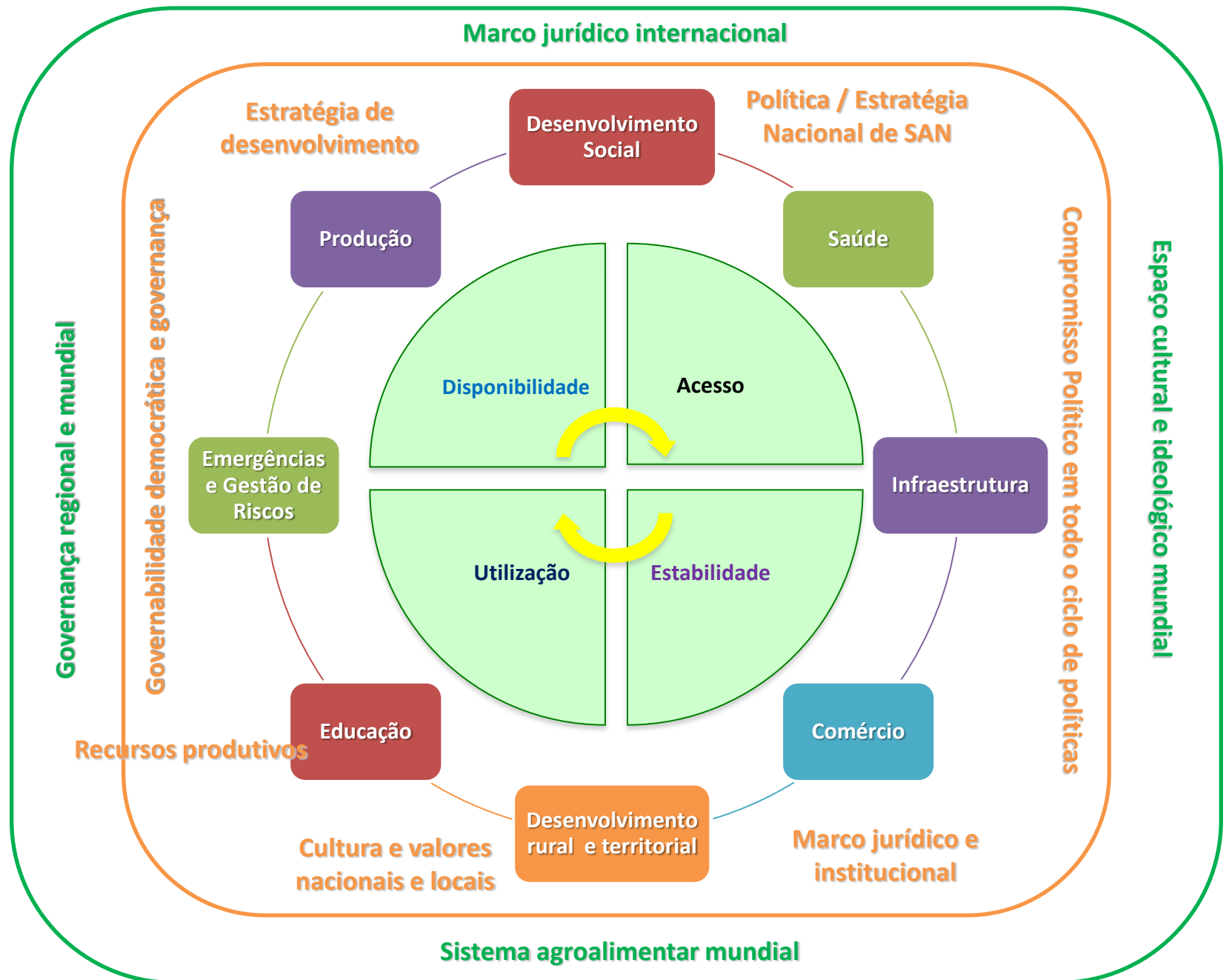
América Latina e o Caribe (17 países): relação **Pobreza extrema e Subnutrição** (2012)



Resposta a partir de uma abordagem de Direitos; Direito à Alimentação

1. Política pública a partir de uma abordagem de direitos
2. Legislação em matéria de Direito à Alimentação

A complexidade de realizar políticas de segurança alimentar e nutricional efetivas



1. Política pública a partir de uma abordagem de direitos

Algumas políticas que marcam a diferença para combater a fome, a insegurança alimentar e a má nutrição

- Fomento da Agricultura Familiar
- Proteção social
- Suplementação nutricional de mulheres em idade fértil e de crianças de menos de dois anos
- Alimentação escolar
- Hábitos saudáveis, educação nutricional
- Foco nas mulheres e nas crianças.

Instrumentos internacionais vinculativos vs. não vinculativos:

- ✓ Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos Sociais e Culturais, 1966 (PIDESC) e outros tratados de DH
- ✓ Observação Geral 12 sobre o Direito à Alimentação Adequada, 1999
- ✓ Declaração de Roma sobre a Segurança Alimentar Mundial e Plano de Ação da Cúpula Mundial sobre a Alimentação, 1996
- ✓ Diretrizes Voluntárias sobre o Direito à Alimentação, 2004
- ✓ Declaração da Cúpula Mundial de 2009 sobre a Segurança Alimentar
- ✓ Instrumentos Regionais

Direito Internacional

PIDESC. Art. 11.

1. O direito de toda pessoa a um nível de vida adequado – inclusive **alimentação**, vestimenta e moradia adequados e a uma melhoria nas condições de existência.
2. O direito fundamental de toda pessoa a no padecer fome
 - ✓ *Reconhecimento de obrigações: 1) adoção progressiva de medidas (utilização do máximo de recursos); 2) Não discriminação; 3) Respeitar, Proteger e Garantir; 4) Cooperação e Assistência internacional.*
 - ✓ *Implementação (progressividade vs. obrigações de imediato cumprimento)*
 - ✓ *Incorporação na legislação aconselhável (CESCR)*

Desenvolvimento de **legislação nacional**

- O direito à alimentação na **Constituição** (Diferentes tipos de reconhecimento: explícito, implícito, princípio diretor, direito coletivo, direito individual, etc.)
- **Legislação Quadro**
 - ✓ Processo de elaboração: participação, avaliação do contexto, avaliação ex ante da legislação e do impacto
 - ✓ Conteúdos da lei
 - ✓ Implementação da lei
- **Legislação Setorial**
 - ✓ Compatibilidade

- 1) É suficiente uma Lei Quadro para alcançar a realização do Direito à Alimentação?
- 2) É suficiente uma Lei Quadro para *regular* o marco jurídico em matéria de segurança alimentar e nutricional?
- 3) Que leis completam o Marco Jurídico SAN?

Exemplos de legislação na região

Na America Latina, 8 países contam com uma lei que regula a SAN, a SSAN, o Direito à alimentação:

- Diferentes objetivos
- Diferentes alcances
- Diferentes focos
- Diferentes características
- Diferentes processos
- Diferentes contextos

ANO	PAÍS	LEI
2003	Argentina	Programa de Nutrição e Alimentação Nacional
2005	Guatemala	Lei del Sistema Nacional de SAN
2006	Brasil	Lei Orgânica de Segurança Alimentar
2008	Venezuela	Decreto com Hierarquia de Lei Orgânica de Segurança e Soberania Agroalimentar
2009	Equador	Lei Orgânica do Regime da Soberania Alimentar
2009	Nicarágua	Lei de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
2011	Honduras	Lei de Segurança Alimentar e Nutricional
2011	Bolívia	Lei da Revolução Produtiva Comunitária Agropecuária

Compromisso regional para o Direito à Alimentação

Frente Parlamentar contra a Fome da América Latina e o Caribe

<http://www.fao.org/alc/es/fph/>



Observatório Regional do Direito à Alimentação

<http://www.oda-alc.org/>



Muito obrigado

Ricardo Rapallo Ricardo.rapallo@fao.org

Oficial de Segurança Alimentar do Escritório Regional para a América Latina e o Caribe da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)
Coordenador do Projeto de Apoio à Iniciativa América Latina e Caribe sem Fome

